

RESENHA

A INVESTIGAÇÃO SOBRE AS QUESTÕES DO PRESENTE: NOTAS SOBRE UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

*THE INVESTIGATION ABOUT THE ISSUES OF THE PRESENT:
REMARKS ON A PERSPECTIVE OF
GOVERNMENTAL ANALYSIS*

Ariane Wollenhoupt da Luz Rodrigues*

ROSE, Nikolas; MILLER, Peter. *Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal*. São Paulo Paulus: 2012.

Governando o presente é composto por diferentes artigos publicados na década de 90 por Peter Miller e Nikolas Rose, professores da Escola de Economia e Ciência Política de Londres. Essa coletânea de textos foi publicada em 2008 em língua inglesa e traduzida para o português em 2012 pela editora Paulus, sendo o primeiro volume da coleção Biopolíticas, coordenada por Paulo Vaz (UFRJ) e Rogério Santos (PUC-SP).

Esta coletânea evidencia sua singularidade ao formar um corpo teórico que avança na analítica da governamentalidade, conceito inicialmente proposto por Michel Foucault em seu curso Segurança, Território e População em 1978. Tal obra se destaca na medida em que problematiza o presente, ou seja, ao investigar questões emergentes como o papel da expertise terapêutica, o consumismo, a comunidade na virada para o século XX, os autores discutem o gerenciamento da vida contemporânea, a partir das interconexões entre os âmbitos econômico, social e pessoal.

* Mestre em Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Emoções e Realidades Digitais – NEERD da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS; e-mail: arianedaluzrodrigues@yahoo.com.br

Ao desenvolver um modo de investigação do presente a partir da perspectiva da governamentalidade, se torna um ponto de referência tanto sobre uma teoria sobre governamentalidade (que não era objetivo dos autores), bem como ao demonstrar como é possível problematizar e investigar a condução da vida com estas ferramentas de pesquisa, como também pelos resultados da análise empreendida.

Segundo Rose e Miller (2012), a pesquisa dos autores não buscava uma história da subjetividade ou identidade do ser, mas sim, focalizar a história das relações dos indivíduos consigo mesmos e com os outros, sobre como se pensavam a si mesmos e aos outros a partir de determinadas práticas, que os conduziam a determinadas mentalidades e ações. Para tal, optaram por investigar diferentes laboratórios de dados como a psicologia aplicada, a contabilidade, a administração, a Clínica Tavistock, que indicaram a existência de uma interconectividade entre as dimensões social, pessoal e econômica.

Em seu primeiro capítulo, Administração da Vida Econômica e Social, a partir do conceito de governamentalidade como o governo da conduta, Miller e Rose (2012) problematizaram a emergência da necessidade deste governo, apresentando uma teoria analítica da governamentalidade.

Nela, as governamentalidades emergem frente a diferentes problemas que precisam ser corrigidos, exigindo discursos que os criam como problemas cabíveis de solução por diferentes grupos de profissionais que usam de um discurso específico para tal. Nesse sentido, Rose e Miller (2012) indicam a necessidade de se interessar pelos momentos nos quais um problema se torna foco de análise por indivíduos que reivindicam determinada expertise oriunda de determinada ciência social ou humana, como administração, contabilidade ou psicanálise, propondo soluções.

Para a analítica dessas questões, os autores demarcam dois aspectos distintos da arte de governar que devem ser observados: suas racionalidades (que envolvem o caráter discursivo, o modo de representar um objeto tornando-o cognoscível, calculável e administrável) e suas tecnologias (mecanismos através dos quais autoridades de vários matizes tem buscado modelar, normalizar e instrumenta-

lizar a conduta, pensamento, decisões e aspirações). Deste modo, para buscar uma apreciação crítica das governamentalidades atuais, os autores enfatizam a necessidade de enfatizar os nexos entre ambas as dimensões, pois estas são indissociáveis.

No segundo capítulo, Administração da Vida Econômica, os autores buscam analisar o poder político para além da redução à esfera estatal demonstrando os múltiplos mecanismos regulatórios indiretos que governam a conduta com objetivos políticos, por meio de ações à distância, que por sua vez, dependem da expertise e de determinados discursos. Assim, a linguagem dos experts sobre economia e seus cálculos, ou a psicologia voltada ao trabalhador permite inferir que estas novas racionalidades serviram para formular e legitimar uma diversidade de programas para retificar áreas da vida econômica e social problemáticas, e para capacitar tais programas a serem traduzidos em tecnologias para administrar grupos, indivíduos e setores, de maneira consoante com sistemas éticos prevalentes e com as mentalidades políticas. Assim, o conhecimento oriundo das diferentes expertises, torna-se fundamental na governamentalidade em vista da maneira com que tornam a existência pensável, factível e maleável através da singular influência de várias técnicas de inscrição, notação e cálculo.

Em seu terceiro capítulo, Poder político além do Estado: problemáticas de governo, analisam o governo do bem-estar, investigando os modos pelos quais as autoridades se posicionam ante os problemas sociais, os discursos e os sistemas de ação usados para conduzir a população, bem como o conhecimento que tem se tornando componente do governo.

Para tal caracterizam o liberalismo como uma racionalidade política com caráter moral, epistemológico e idioma especial. Assim, este governo apresenta-se com sua naturalidade, regras e processos próprios caracterizados pela autorregulação, que permitiu a proliferação de agentes independentes do Estado por meio de alianças, materializando o governo à distância. Governo este que busca criar pessoas, instituições capazes de exercer uma autonomia regulada, livres. No caso o bem-estarismo estas tecnologias de governo, a

inscrição e o cálculo, agem por meio de redes de governo que chegam ao sujeito de governo, através instituições como hospitais, do previdenciário e da assistência social. Nele os experts, assumem lugares específicos para calcular e implementar suas tecnologias visando o social e o sujeito passa a ser visto como cidadão de direitos. A partir deste exemplo percebe-se que a governamentalidade presente não pode ser analisada restringindo-se ao Estado e sociedade civil, pois tal não apreende as transformações contemporâneas do poder político que passa a agir à distância para muito além do Estado.

No capítulo quarto, *A morte do social?* Recalculando o território do governo, demonstram que parece emergir um governo que age sem controlar a sociedade, exercendo-se por meio de escolhas reguladas feitas por atores discretos, autônomos no contexto de seus compromissos particulares com famílias e comunidades.

Neste liberalismo avançado, o social deixou de ser zona chave, alvo e meta de estratégias de governo, pois tal conceito de social se encontra em mutação. Com a globalização, a emergência da comunidade assume-se com nova espacialização, heterogênea e plural. Assim, o social é substituído pela comunidade que passa a constituir um novo território para intervenção, através de programas de desenvolvimento comunitário, como, por exemplo, a segurança e a polícia comunitárias. Tais modificações abarcam a própria noção de comunidade, que passa a constituir um espaço de destotalização, pois há diversidade de comunidades; há modificação de seu caráter ético, o indivíduo na comunidade é autorresponsável e submisso a determinados laços emocionais de afinidade a uma circunscrita rede; há também identificação na comunidade e sua relação mais direta implica fidelidade. Nesse contexto, a comunidade assume-se como uma nova tecnologia de condução da vida, exemplificada inclusive com o papel das comunidades gays na prevenção à AIDS (gestão da saúde) e nos programas de governo voltados à atuação em determinadas comunidades.

E tais exemplos demonstram outras modificações na própria gestão da vida pessoal, por meio da estimulação do comportamento empreendedor do indivíduo, para a sua autopromoção e administração do emprego. Também, este empreendedorismo voltado para o

gerenciamento responsável de risco através de tecnologias visando à segurança, bem como os treinamentos voltados para a preservação do emprego. Nesse sentido, a intervenção do governo do social, apresentou-se modificada com a emergência do sujeito empreendedor e ativo.

No quinto capítulo, Mobilizando o consumidor, compondo o sujeito de consumo, Miller e Rose (2012) examinam os modos pelos quais as concepções propostas pelas ciências psicológicas no que tange à individualidade e personalidade tornaram-se técnicas e ajudaram a compor uma economia de consumo, inferindo no desenho e propaganda de produtos. De tal modo, estas associaram paixões, esperanças e ansiedades humanas com práticas de consumo, afetando o modo do ser humano se relacionar consigo e outros por meio de bens. Para tal, os autores valeram-se dos registros do Instituto Tavistock de Relações Humanas entre os anos de 1950-1970. Esta escolha justificava-se, pois, neste período, inventou-se um novo modo de administrar o consumo, ligando o indivíduo ao ato de consumo e ao objeto de consumo através de uma expertise calcada nas ciências psicológicas. O resultado foi o apelo nas propagandas para artifícios psicológicos que influenciassem a escolha do consumidor que passava a ser visto como alguém a ser conhecido em detalhes, inclusive em suas reais necessidades, ou seja, inventando um consumidor, ao mesmo tempo em que se criava a mercadoria, associando-a com pequenos rituais do cotidiano a fim de atribuí-la significado e valor. Deste modo, o resultado foi a emergência de um consumidor compreendido por três vieses: psicanalítico, sociopsicológico e racional. No primeiro, os autores apresentam o modo como discussões em grupo, entrevistas e testes sobre o consumo de sorvetes no inverno, levaram os pesquisadores a associarem o sorvete à noção de um alimento prazeroso (necessidade do ser humano), na mesma medida em que perceberam a necessidade de fornecer a disponibilidade e a condição de sorvete. No segundo, os autores pesquisaram as discussões que envolviam o uso de permanentes para o cabelo, buscando a criação de uma mentalidade de uso destes produtos no ambiente doméstico atrelado ao valor que o cabelo tinha à mulher. No terceiro, através do estudo do consumo do álcool e uso de diferentes marcas

de gasolina nos automóveis, o consumidor passou a ser compreendido como ser racional, trazendo à propaganda a persuasão voltada para o terreno da escolha racional individual, trazendo aos objetos qualidades que o consumidor buscava e valorizava. Por fim, as ciências psicológicas aplicadas à propaganda tornaram o mercado livre, inteligível, em seu arranjo de fatores psicológicos individualizados, que passaram a ser entendidos de forma calculada.

No capítulo sexto, *Autoridade terapêutica: expertise psicanalítica sob liberalismo avançado*, os autores se preocuparam em como a autoridade terapêutica tomou forma influenciando tanto sobre o campo do trabalho, como das relações matrimoniais como meio de intervenção sobre a conduta do sujeito, ou seja, como se tornou uma técnica de governo de sujeitos, ou seja, produzindo resultados sobre suas condutas. Para tal, analisa no mesmo Instituto Tavistock, a emergência de terapias de grupo como uma tecnologia governamental. Seu primeiro caso de estudo narra os grupos de treinamento de profissionais no pós-guerra, no qual grupos sem líder ajudavam a transformar comportamentos dos indivíduos que os compunham, fazendo com que os componentes explorassem suas subjetividades a fim de alcançar suas realidades profissional e pessoal. O segundo caso, refere-se à intervenção terapêutica voltada para casais, por meio de discussões familiares com assistentes sociais. Deste modo, um dispositivo terapêutico conectou diferentes problemas relacionados à gestão da vida, com modos de conduta, demonstrando uma nova forma de gerenciar condutas, influenciando-as por meio de um novo tipo de expertise, a terapêutica, calcada em novos modos de interpretar, avaliar e influenciar as relações entre sujeitos.

No capítulo sétimo, *Produção, identidade e democracia*, são apresentadas as análises voltadas a uma genealogia da identidade. Esta perpassa indubitavelmente, as práticas que influenciam os seres humanos e sua conduta que, evidentemente, estão atreladas a sistemas de pensamento, nos quais o trabalho apresenta-se como lugar-chave de formação de pessoas, repercutindo sobre a identidade. Assim, Miller e Rose (2012) investigam os modos pelos quais a personalidade do trabalhador é problematizada na intersecção entre economia e política,

pois é no trabalho e na vida privada que o ser civiliza-se, e a expertise psicológica chama a si uma competência para pronunciar verdades a respeito destes sujeitos e o modo como a vida deve ser conduzida.

No último capítulo, Governando democracias liberais avançadas, os autores retomam o debate sobre os três modelos governamentais (liberalismo, governo do social e liberalismo avançado). Enfatizando o modo como o liberalismo foi uma racionalidade de governo produtora de série de problemas, que era incapaz de resolver, que, por sua vez, levaram a criação de tecnologias de cunho social que demarcaram o bem-estar. Todavia, da coexistência destas tecnologias e mentalidades emergiu o liberalismo avançado como uma resposta aos problemas do Estado do Bem-Estar, apresentando novas estratégias de governo. Este novo liberalismo é demarcado por características diversas: nova relação entre governo e conhecimento, englobando conhecimentos desenvolvidos no cerne das ciências humanas, que permite a formulação de objetos passíveis de cálculo e intervenção; nova especificação dos sujeitos de governo como ativos em seu próprio gerenciamento, ou seja, empreendedores responsáveis em busca de sua realização pessoal; intrínseca relação entre autoridade e expertise, manifestada pela pluralização de tecnologias sociais; e questionamento contínuo da atividade de governo. Deixando, por fim, o questionamento sobre as transformações dessa governamentalidade atual, em que ela se transformará, que atores surgirão, que tecnologias e racionalidades emergirão para dar conta dos problemas oriundos do liberalismo avançado, como uma agenda para novas pesquisas.

Nesse sentido, a abordagem apresentada na obra a partir de uma analítica da governamentalidade apresenta-se como relevante e diferenciada, pois possibilita perceber a coemergência de tecnologias específicas e semelhantes que buscam gerenciar diferentes problemas, ou seja, evidencia a existência de interligações entre os domínios pessoal e econômico da vida social. O segundo aspecto relevante é o avanço das análises para a questão da coprodução, sem calcar-se nos binômio público-privado. Em terceiro lugar, demonstra a interconexão e interdependência entre mentalidades e tecnologias. Suas análises do poder e da política se dão termos relacionais sem

recorrer ao Estado como lugar, origem ou resultado de ações, e evidenciam os múltiplos centros de cálculo e autoridades que influem na vida pessoal, social e econômica. Por fim, o foco nos nexos entre o local e não local permitiu análises que foram não hierárquicas, demonstrando uma análise fascinante e inovadora, que interessa a todos os profissionais das ciências humanas e sociais que se voltam para a pesquisa de temas cotidianos a partir do governo.